

# Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde

## 2º Relatório Anual Consolidado

Programa de Educação Ambiental de São Paulo (PEA-SP)

Processo IBAMA: 02022.002921/2009

Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA RIO)

Processo IBAMA: 02022.001467/2010



E&P

Revisão 00  
Abr/2019

 **PETROBRAS**



## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
I.1	RECORTE ESPACIAL .....	2
<b>II</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....</b>	<b>2</b>
II.1	OFICINAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE EXECUTORA .....	3
II.2	ATIVIDADES DE CAMPO .....	4
<b>III</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>7</b>
<b>IV</b>	<b>ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA .....</b>	<b>10</b>
IV.1	AMPLIAÇÃO DA EQUIPE E TRANSIÇÃO .....	10
IV.2	MUDANÇA DA COORDENAÇÃO E DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA.....	11
IV.3	FORMAÇÃO DA EQUIPE EXECUTORA .....	11
IV.4	BLOCOS TEMÁTICOS E REGIONALIZAÇÃO.....	13
<b>V</b>	<b>PONTOS DE MELHORIA .....</b>	<b>16</b>
V.1	MAIOR PRESENÇA NAS COMUNIDADES .....	16
V.2	MELHORIA DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO .....	16
V.3	DIFICULDADE DE TRABALHO EM ALGUMAS COMUNIDADES ....	17
<b>VI</b>	<b>ATIVIDADES PREVISTAS .....</b>	<b>18</b>
VI.1	CONTINUIDADE DAS AÇÕES FORMATIVAS.....	18
VI.2	INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS.....	18
<b>VII</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>VIII</b>	<b>TÉCNICOS RESPONSÁVEIS .....</b>	<b>22</b>
	<b>ANEXO 1: RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ FEVEREIRO/2019 .....</b>	<b>24</b>
	<b>ANEXO 2: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO PEA COSTA VERDE ENTRE MARÇO/2018 E FEVEREIRO/2019 .....</b>	<b>28</b>

## ***I INTRODUÇÃO***

Este documento apresenta o segundo Relatório Anual Consolidado do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA Costa Verde) desenvolvido no âmbito dos Programas de Educação Ambiental PEA-SP (Região 3) e PEA-Rio (Região 4).

### ***I.1 RECORTE ESPACIAL***

Abrange os municípios de São Sebastião (localidades Enseada, Barra do Rio Boiçucanga, São Francisco, Pontal da Cruz), Ilhabela (localidades Saco do Sombrio, Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Saco do Indaiá, Ilha Vitória, Bonete, Serraria, Figueira, Praia Vermelha, Praia Mansa, Guanxumas, Praia da Fome, Guanxuma de Búzios, São Pedro, Porto do Meio), Caraguatatuba (localidades Porto Novo, Camaroeiro, Cocanha, Tabatinga) e Ubatuba (localidades Quilombo Caçandoca/Caçandoquinha, Maranduba, Ilha dos Pescadores, Praia Grande do Bonete, Saco da Ribeira, Picinguaba, Praia da Almada, Praia do Estaleiro, Camburi/Quilombo do Camburi, Ubatumirim) no estado de São Paulo e Paraty (localidades Ponta Negra, Praia do Sono, Trindade, Ilha do Araújo, Praia Grande, Centro/Pontal/Jabaquara, Ponta Grossa, Paraty-mirim, Pouso da Cajaíba, Saco do Mamanguá, Ilha do Algodão, São Gonçalo, Tarituba), Angra dos Reis (localidades Vila Histórica da Mambucaba/Perequê/Praia Vermelha, Vila Velha, Ponta Leste, Monsuaba, Guaratucaia, Praia Longa, Praia Vermelha, Provetá, Aventureiro, Matariz, Araçatiba, Bananal, Praia das Flechas/Ilha da Gipóia, Enseada do Abraão, Enseada das Palmas, Dois Rios, Enseada das Estrelas/Saco do Ceú, Japariz) e Mangaratiba (localidades Praia do Sahy, Muriqui, Ilha de Itacuruçá, Conceição de Jacareí, Quilombo da Marambaia) no estado do Rio de Janeiro. Faz referência às atividades desenvolvidas no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019. Tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica do conjunto de atividades realizadas pelo projeto, apresentar uma análise dos resultados obtidos, alguns pontos de ajustes e as atividades planejadas.

## ***II ATIVIDADES DESENVOLVIDAS***

Ao longo do período que retrata o presente relatório, as atividades de campo desenvolvidas no território pelo PEA Costa Verde estiveram divididas basicamente em quatro tipos: Visitas Exploratórias (VE), Reuniões de Articulação Institucional (RA), Reuniões de Comissão Comunitária (RC) e Ações Formativas (AF). Além disso, foram realizadas diversas reuniões de planejamento, acompanhamento e orientação pedagógica e Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE), conforme pode ser verificado no Anexo 2 - Cronologia dos eventos do PEA Costa Verde entre Março/2018 e Fevereiro/2019.

## ***II.1 OFICINAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE EXECUTORA***

Ao longo do período retratado nesse relatório foram realizadas a 5ª, 6ª e 7ª OFCEE do PEA Costa Verde nos meses de abril, setembro e dezembro, respectivamente.

Na 5ª OFCEE trabalhou-se para que o seu desenvolvimento contribuísse para: 1) planejamento, monitoramento e avaliação do processo educativo por meio da continuidade do exercício sobre a relação entre objetivos e atividades de campo e definição de metas do Projeto; 2) aprimoramento do trabalho de campo sob a ótica dos aspectos teórico-metodológicos da Educação Popular.

A 6ª OFCEE teve seu primeiro dia planejado e conduzido por Bruno Teixeira, Júlio Cesar Dias e Mônica Serrão, analistas do IBAMA, que abordaram questões importantes para o alinhamento da equipe, tais como os pressupostos e diretrizes dos PEAs no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás (P&G), incluindo aspectos metodológicos. Como essa oficina ocorreu após a inserção dos novos membros da equipe técnica, esse foi entendido como um momento propício para sua realização. No segundo dia, a equipe de coordenação da Mineral mediou o encontro que incluiu exposição da Matriz de Marco Lógico pelo Coordenador Geral, seguida de plenária para reflexão conjunta, debate, avaliação e validação da mesma.

A 7ª OFCEE teve por objetivo preparar a equipe técnica para a continuidade do processo educativo. Visando o objetivo do PEA de fortalecer a organização comunitária, a oficina teve como foco a organização popular na prática dos movimentos sociais a fim de colaborar com: 1) a reflexão-ação sobre o processo educativo e 2) a

formação da equipe para que possa contribuir com a organicidade, a capacidade de mobilização, participação e protagonismo dos sujeitos prioritários.

## **II.2 ATIVIDADES DE CAMPO**

As VEs são idas às comunidades feitas pela equipe técnica frequentemente sem horário marcado ou duração pré-definida e podem ter como objetivos: aproximar-se mais do público prioritário a partir da vivência de seu cotidiano; buscar novos contatos e/ou aproximação de comunitários que ainda não participam das atividades do projeto; participar de eventos e/ou encontros da comunidade que são abertos ao público em geral ou que para os quais a equipe foi convidada a fim de estreitar os laços de confiança com a comunidade e etc.

As RAs são reuniões com instituições-chave do território para desenvolvimento de alguma atividade em conjunto com o PEA ou para melhor compreensão de problemáticas e questões levantadas pelas comunidades. Essas instituições podem ser da administração pública, do terceiro setor ou associações e movimentos sociais.

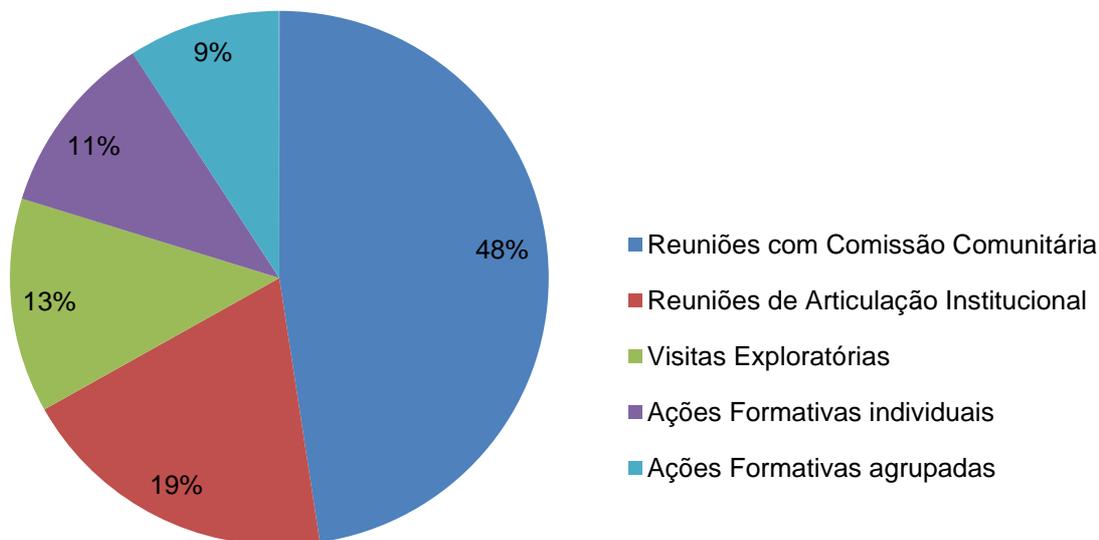
As RCs são aquelas realizadas com o grupo de comunitários frequentemente mais envolvidos nas atividades do PEA na comunidade. Com as comissões comunitárias são feitas as reflexões conjuntas e os acordos para o andamento das atividades do projeto na comunidade, incluindo a elaboração e organização das AFs.

As AFs são as atividades educativas também idealmente desenvolvidas pela equipe técnica do PEA em conjunto com a comunidade, a partir da realidade local e dos temas geradores, mas sob um olhar mais ampliado do processo educativo levando em consideração os blocos temáticos daquela comunidade e a perspectiva de regionalização. São agendadas previamente e têm duração média de 4 horas por encontro.

As AFs foram realizadas de forma individual (somente uma comunidade) ou agrupada (que reúne participantes de mais de uma comunidade em que o PEA atua com interesse no tema discutido).

Entre março de 2018 e fevereiro de 2019 foram realizadas 208 atividades de campo no PEA Costa Verde. O Gráfico II.2-1 apresenta essa distribuição.

**Gráfico II.2-1 - Distribuição das atividades de campo do PEA Costa Verde por tipo de atividade de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.**



Observa-se que cerca da metade das atividades de campo desenvolvidas foram RCs, seguida pelas AFs (individuais e agrupadas que somam 20% do total) e pelas RAs - foram realizadas 42 AFs e 40 RAs. As VEs ocuparam 13% das atividades de campo, um total de 27 visitas.

Como as RCs e as AFs possuem lista de presença, foi possível sistematizar a quantidade de participantes presentes em cada uma dessas atividades e a **Tabela II.2-2** apresenta esses dados.

**Tabela II.2-2 - Quantidade de participantes nas atividades de RC e AF do PEA Costa Verde de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.**

Total de participantes nas atividades		
Atividade	Realizadas	Participantes
Reuniões com Comissão Comunitária	99	819
Ações Formativas agrupadas	19	472
Ações Formativas individuais	23	313

Somando todas essas atividades, foi possível contar com a participação de 1604 comunitários, com uma média geral de 8 participantes por RC, 13 pessoas nas AFs individuais e 25 nas AFs agrupadas.

Essas atividades de campo aconteceram na maioria das comunidades em que o PEA atua. Atualmente o projeto é implementado em 4 comunidades de Caraguatatuba,

4 de São Sebastião, 15 de Ilhabela, 10 de Ubatuba, 13 de Paraty, 18 de Angra dos Reis e 5 de Mangaratiba (dessas comunidades, em algumas a equipe executora tem encontrado dificuldade de desenvolver atividades. Essas situações são detalhadas no item V.3 deste relatório).

Ao longo do período retratado no relatório, foram realizadas em campo 17 atividades em Caraguatatuba, 20 em São Sebastião, 64 em Ilhabela, 24 em Ubatuba, 29 em Paraty, 43 em Angra dos Reis e 11 em Mangaratiba.

O padrão de distribuição geral do ano por tipo de atividade (apresentado no **Gráfico II.2-1**) se repete quando se retrata a divisão por município. A **Tabela II.2-3** apresenta esses dados.

**Tabela II.2-3 - Atividades realizadas no PEA Costa Verde por município de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.**

Atividades realizadas por município no PEA Costa Verde Março 2018 a Fevereiro de 2019					
Município	RA	RC	VE	AF (A)	AF (I)
Caraguatatuba	7	7	1	2	0
São Sebastião	5	7	5	3	0
Ilhabela	11	37	2	6	8
Ubatuba	3	10	0	5	6
Paraty	7	15	4	1	2
Angra dos Reis	6	20	10	1	6
Mangaratiba	1	3	5	1	1

Por fim, é importante salientar duas situações que alteraram o formato e ritmo de trabalho tanto em campo quanto da coordenação do projeto ao final do primeiro semestre de 2018: a ampliação da equipe técnica e a emissão de um Parecer Técnico do IBAMA.

Em Abril de 2018 o IBAMA emitiu o Parecer Técnico nº 91/2018-COPROD/CGMAC/DILIC. Neste documento o órgão teceu uma série de considerações sobre as atividades já desenvolvidas e aquelas previstas no Plano de Trabalho e as sintetizou em 18 solicitações a serem respondidas em diferentes prazos e condições.

De maneira geral, essas solicitações traziam a necessidade de a coordenação apresentar uma atualização parcial do Diagnóstico Participativo (DP), a partir do desenvolvimento inicial do projeto, e uma Complementação Metodológica do PEA Costa Verde.

Conforme solicitado, a atualização do DP apresentou as dificuldades encontradas, os principais desafios e as estratégias planejadas para enfrentá-los, e a categorização das comunidades a partir de um olhar regional para a construção de um PEA com uma identidade consolidada. A *Complementação Metodológica do Plano de Trabalho do PEA Costa Verde – 2ª e 3ª Etapas da Fase 1* respondeu à necessidade de deixar mais claro, diante do cenário encontrado nas comunidades e do trabalho desenvolvido até então, quais as estratégias específicas para a execução das próximas etapas, incluindo principalmente o detalhamento sobre as ações formativas e a seleção dos temas a serem desenvolvidos, o encadeamento lógico entre as atividades do campo e o cronograma atualizado do projeto, além de uma matriz de marco lógico para acompanhamento processual do PEA.

Dessa maneira, durante os meses de maio, junho e julho, a coordenação dedicou-se principalmente a produzir tais respostas, que foram formalizadas nos documentos solicitados. E, também conforme recomendado pelo órgão fiscalizador, nesse período as atividades em campo tiveram seu ritmo reduzido, com as equipes técnicas trabalhando principalmente com as atividades das comunidades com demandas e programações já encaminhadas, de forma a possibilitar um início da 2ª Etapa do projeto mais organizado, já com a equipe de incremento e com os novos alinhamentos conceituais e metodológicos.

Com relação aos custos empregados, constata-se que o fluxo de caixa do projeto é saudável até o momento e vem sendo adimplido conforme execução físico-financeira prevista.

### ***III ANÁLISE DOS RESULTADOS***

A partir dos dados apresentados no *Item II* algumas considerações devem ser tecidas e descritas aqui.

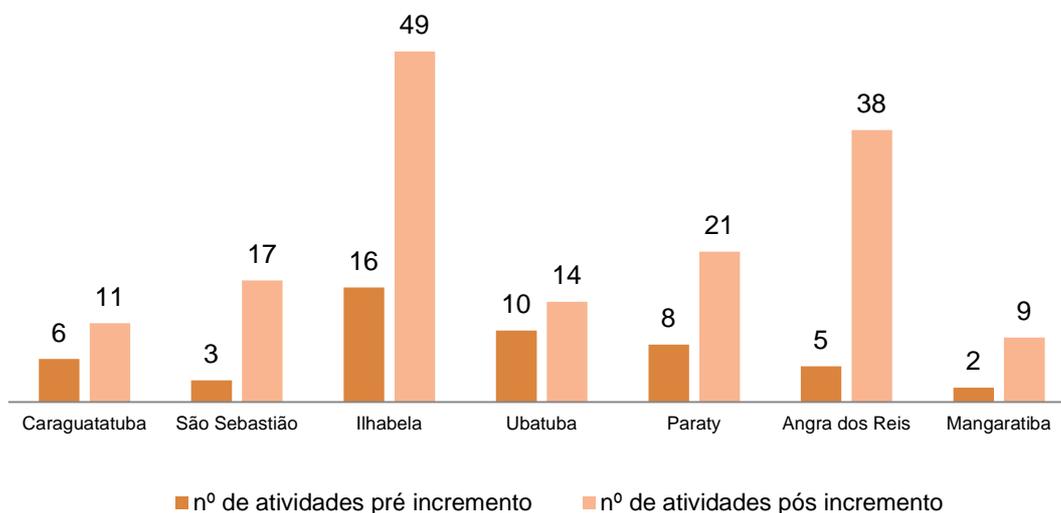
Dentre as principais demandas e gargalos do projeto, identificados a partir do seu primeiro ano de execução, está a dificuldade encontrada pela equipe técnica de desenvolver as atividades educativas pelo elevado número de comunidades por dupla de técnicos, fazendo com esses não só ultrapasassem sua demanda de trabalho em horas mas também não conseguissem estar presentes nas comunidades com a frequência necessária para o desenvolvimento satisfatório das atividades.

O incremento do quadro da equipe técnica foi, portanto, em grande parte para suprir a necessidade de maior presença em campo dos técnicos e aumento da quantidade e qualidade das atividades.

O **Gráfico III-1** apresenta o número de atividades de campo ao longo do ano retratado nesse relatório que corresponde justamente ao período de transição pré e pós incremento da equipe técnica. Sendo o primeiro de março a julho de 2018 e o pós incremento de agosto de 2018 a fevereiro de 2019.

**Gráfico III-1** – *Quantidade absoluta das atividades em campo realizadas pela equipe técnica pré e pós contratação de novos técnicos.*

#### Nº de atividades de campo pré e pós incremento da equipe técnica



Com efeito, houve um aumento do número absoluto de atividades desenvolvidas no campo após o incremento da equipe técnica. Entretanto, ao analisar esses números, é necessário considerar que os três últimos meses de trabalho com a equipe técnica menor (maio, junho e julho) tiveram as atividades reduzidas por solicitação do PT 91/2018 e que a equipe passou de 8 para 16 pessoas - sendo esse ponto um indicativo da expectativa de que as atividades de campo deveriam dobrar em números absolutos. Importante salientar também que os meses de janeiro e fevereiro de 2019 são meses de alta temporada turística no território do PEA Costa Verde como um todo, o que influencia diretamente na disponibilidade dos comunitários em participar das atividades do projeto.

Essas informações demonstram a dinamicidade do projeto e refletem as situações específicas vivenciadas no ano retratado nesse relatório. A expectativa é que as atividades de campo ainda aumentem em números absolutos devido à maior familiarização da nova equipe técnica com as comunidades e amadurecimento da prática educativa.

Acredita-se que, com o maior entrosamento da nova equipe no território e com as comunidades e alinhamento das estratégias pedagógicas de atuação, essa chamada “presença em campo” deverá aumentar ao longo do ano de 2019, possibilitando um melhor desenvolvimento das atividades socioeducativas do PEA.

As Visitas de Vivência foram atividades de campo estratégicas no processo de inserção das novas equipes no projeto para o conhecimento do território e das comunidades. Além disso, ao longo desse período, foi possível observar a importância desse tipo de atividade para o estreitamento dos laços com os comunitários, levantamento de possibilidades de atuação com a comunidade e busca de novas estratégias para trabalhar com comunidades ainda pouco engajadas no PEA.

Com relação as RAs, é importante salientar que muitas delas foram realizadas pela equipe técnica, nem sempre com a presença dos comunitários ou mesmo dos Agentes Sociais. Acredita-se que isso se deu ainda pelo entendimento de uma forma de desenvolver as atividades socioeducativas pela equipe técnica a partir da solução de demandas / resolução de problemas das comunidades.

Isso também se reflete no planejamento e realização das AFs. As ocorridas no primeiro semestre de 2018 foram principalmente agrupadas e vinculadas à realização da Audiência Pública do Etapa 3 do Pré-Sal (ocorrida em março de 2018) - preparação, participação e desdobramentos; mas também algumas individuais relacionadas aos temas geradores de cada comunidade. Já no segundo semestre, após o incremento da equipe técnica e de algumas reformulações técnicas e metodológicas do projeto, foram realizadas mais AFs individuais.

Algumas dessas AFs realizadas, apesar de encaminhamentos importantes e desdobramentos dentro das comunidades, acabaram ocorrendo descoladas de um processo mais alinhado não só do ponto de vista regional do território do PEA, mas também de um olhar mais amplo para a comunidade na medida em que se desenvolveram, como descrito acima a respeito das RAs, a partir das demandas comunitárias pontuais.

Por fim, salienta-se que a participação dos Agentes Sociais no processo educativo como um todo tem sido trabalhada e desenvolvida principalmente pela: participação em todas as OFCEEs e maior e melhor inserção deles nos processos de planejamento das atividades socioeducativas da comunidade.

## ***IV ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA***

### ***IV.1 AMPLIAÇÃO DA EQUIPE E TRANSIÇÃO***

A ampliação da equipe executora foi debatida desde o início dos trabalhos de campo. Na 3ª Oficina de Formação Continuada da Equipe Executora realizada em 20 de dezembro de 2017 foi construída uma primeira proposta junto a toda a Equipe. A partir de então, uma série de ajustes foram sendo pactuados entre Mineral e Petrobras que culminou na assinatura de um Aditivo Contratual (aditivo nº 3 ao contrato 32400.0101575.16.2) no dia 24/08/2018, que permitiu a ampliação da equipe de campo. Na ocasião, uma técnica da Frente Temática foi incorporada à equipe, e outros sete técnicos novos, contratados. Essa equipe de ampliação participou de reuniões em São Paulo na sede da Mineral nos dias 9, 10 e 16/08/2018 com o objetivo de apresentar o plano de trabalho e aspectos metodológicos do projeto, informar o que já foi realizado, identificar alguns pontos de atenção da atuação em campo e tratar de aspectos administrativos.

A transição das equipes foi orientada a partir de reuniões presenciais com cada uma delas. Foram realizadas três reuniões: uma em Ubatuba (15/08/2018) com as equipes de Ubatuba e Paraty, que não receberam novos técnicos, apenas tiveram suas áreas de atuação reduzidas; outra em Caraguatatuba (28/08/2018), com as duas equipes de Ilhabela e a equipe de São Sebastião e Caraguatatuba, que tiveram a inclusão de quatro novos técnicos; e outra em Angra dos Reis (23/08/2018), com as duas equipes da Ilha Grande e a equipe de Angra dos Reis e Mangaratiba continente, que tiveram a inclusão de quatro novos técnicos. Além das reuniões presenciais terem permitido uma apresentação dos novos integrantes aos que já estavam no projeto, foi possível tratar de dúvidas de caráter metodológico e administrativo com todas as equipes. Além disso,

foram iniciados debates quanto à Matriz de Marco Lógico e Cronograma, que foram abordados na Oficina seguinte com a presença do IBAMA.

O objetivo principal da ampliação da equipe de campo é garantir maior presença nas comunidades e, dessa forma, contribuir mais com o processo educativo. Após seis meses da ampliação da equipe, é perceptível que, passado um período inicial de repasses e adaptação ao trabalho, as comunidades foram mais vezes visitadas. O número alcançado no segundo semestre de 2018 (pós-incremento da equipe técnica) é de 140 atividades realizadas frente a 50 no primeiro semestre do mesmo ano (período pré incremento). Certamente esses números totais de atividades guardam especificidades dos períodos comparados, mas constata um aumento do número absoluto de atividades.

## ***IV.2 MUDANÇA DA COORDENAÇÃO E DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA***

O período que trata este relatório foi marcado por algumas mudanças na equipe do projeto. Além de uma Técnica de Campo (agosto/18) e da Assistente da Orientação Pedagógica (janeiro/19), tivemos a substituição do Coordenador Geral (julho/18) e da Orientadora Pedagógica (janeiro/19). As alterações foram realizadas sem ônus ao andamento do projeto e as novas pessoas já se encontram devidamente integradas ao quadro do PEA.

As substituições têm trazido boa coesão à equipe de coordenação e orientação pedagógica e, conseqüentemente, maior precisão no acompanhamento da equipe de campo e maior clareza sobre os passos a serem dados para alcançar os objetivos do projeto. Os ajustes no andamento do projeto nesse período foram consolidados na Complementação Metodológica, em suas revisões 00 e 01.

## ***IV.3 FORMAÇÃO DA EQUIPE EXECUTORA***

A necessidade de maior carga horária para a formação da equipe era, desde sempre, uma preocupação apresentada pela orientação pedagógica. A partir dos apontamentos do IBAMA no Parecer Técnico no 149/2018-COPROD/CGMAC/DILIC, foi elaborada a Revisão 01 da Complementação Metodológica, que ampliou a carga horária das

Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE) de 12 para 20 horas para todos os técnicos e agentes sociais do PEA Costa Verde.

É também notável o estímulo a maior participação dos agentes sociais nas atividades formativas do projeto, seja nas OFCEEs ou mesmo nas próprias Ações Formativas. A Orientação Pedagógica vem adotando estratégias de maior aproximação com os agentes sociais, compreendendo que eles são os integrantes da equipe que estão mais intimamente ligados às comunidades e que, por isso, tem maior potencial de se tornarem lideranças de fato, contribuindo com o objetivo geral do PEA, de fortalecimento das comunidades.

O conteúdo das OFCEEs também tem dado atenção a aprofundar as questões relacionadas ao método e à organização das comunidades. A 7ª OFCEE tratou da organização popular e a 8ª (realizada em março/2019 – portanto não compreendida no período desse relatório) trabalhou com aprofundamento da reflexão sobre a prática da atuação da equipe através da educação popular com vistas à contribuição no processo organizativo das comunidades.

Com o passar do tempo de execução do projeto, foram feitas melhorias na sua estrutura e velocidade necessária para execução do trabalho de campo, que refletiram positivamente no trabalho da equipe técnica. Foi possível executar diversas atividades, mobilizar e engajar as comunidades para o PEA e obter alguns primeiros avanços no processo educativo. Por isso, são reconhecidos avanços oriundos do processo natural de amadurecimento do projeto e dos aprendizados advindos da prática.

Contudo, ainda há uma dificuldade da equipe técnica em relação ao método da educação popular e sua compreensão não é homogênea entre os educadores.

Assim, a partir do segundo semestre de 2018 e principalmente após um período importante de sistematização das adequações metodológicas do PEA e planejamento dos próximos passos, tem sido feito um esforço de orientar e coordenar as ações da equipe no sentido de priorizar a intencionalidade do projeto, ultrapassando as “barreiras” da resolução de problemas pontuais e possibilitando o desenvolvimento de um processo educativo que envolva realmente a comunidade de forma participativa e mais ampliada.

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformá-la. (...) Ninguém luta contra as forças que não

entende cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; (...) Isto é verdade se se refere às forças da natureza (...) isto também é assim nas forças sociais. (...) A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que o pode fazer. (FREIRE, 1987).”.

Esse processo descrito por Freire (1987), citado acima, se desenvolve a partir do desencadear da Educação Popular. Suas práticas partem da realidade concreta dos sujeitos e, por meio da dialogicidade, valorizam o saber popular para o desenvolvimento crítico da tomada de consciência.

Assim, a orientação pedagógica tem exercitado com a equipe de campo a reflexão e análise dos processos educativos no sentido de dispor de ferramentas que propiciem condições para que a própria comunidade comece a desenvolver ou aprimore a leitura dos aspectos socioeconômicos e culturais de seu território por meio dos temas prioritários estabelecidos, contribuindo assim para o fortalecimento da organização comunitária.

Esse entendimento tem sido objeto de trabalho a partir da reflexão conjunta e análise com a orientação pedagógica e coordenação do projeto, tanto nas OFCEEs quanto nas reuniões de planejamento e orientação da equipe.

A partir do acúmulo oriundo das atividades desenvolvidas nesse último ano, com os ajustes na equipe de campo e o estabelecimento de mais amplos espaços e tempo de orientação pedagógica e de reflexão, análise e formação da equipe, será possível estabelecer as estratégias mais adequadas para lidar com esses desafios e outros possíveis no próximo ano.

#### ***IV.4 BLOCOS TEMÁTICOS E REGIONALIZAÇÃO***

Nas 66 Reuniões de Retomada realizadas no início do projeto, foram levantados mais de uma centena de temas reunidos em 30 temas por semelhança. Esses temas, por sua vez, passaram por um processo de agrupamento e atualmente se encontram organizados em cinco Blocos Temáticos: Regularização (habilitações), legislação e estímulo à pesca e maricultura; Gestão do território e instrumentos de regularização fundiária; Organização Institucional; Infraestrutura e Políticas Públicas e; Turismo. Portanto, a partir dos temas que cada comunidade apontou na etapa de retomada, as

mesmas foram associadas a cada um dos cinco Blocos Temáticos e tiveram suas Ações Formativas desenvolvidas, na maioria dos casos, em temas condizentes ao bloco que elas fazem parte.

Os blocos temáticos foram utilizados para a organização dos intercâmbios entre as comunidades e tem também orientado a realização de Ações Formativas agrupadas. As duas atividades têm buscado estimular a aproximação entre as comunidades com vistas a uma atuação mais articulada e, portanto, mais fortalecida.

A partir desses blocos temáticos, foi também possível realizar uma regionalização de comunidades em temas comuns. Esse agrupamento, verificado constantemente com a equipe de campo e com entidades parceiras no território, nos levou a identificar dois perfis organizativos na região.

Um primeiro perfil contempla um agrupamento ao redor do trabalho na pesca artesanal. São as pessoas, pescadores artesanais que vivem, de maneira geral, em comunidades mais urbanizadas, e que se reúnem a partir da necessidade da reprodução econômica das famílias. Em geral, o local de organização dessas pessoas está diretamente relacionado à pesca como a Colônia de Pescadores ou outros locais relacionados à atividade profissional (ranchos, entreposto, mercado, etc.). As questões que mobilizam esse perfil do público do PEA Costa Verde estão também mais relacionadas ao trabalho, como a demanda por habilitações, regularização de embarcações e petrechos, as consequências da sobreposição de Unidades de Conservação nas suas áreas de trabalho, as dificuldades enfrentadas com a Polícia Ambiental nas atividades de fiscalização, os conflitos com a pesca industrial, dentre outras. No desenvolvimento do trabalho do PEA Costa Verde até o momento, as comunidades que possuem esse tipo de característica organizativa são aquelas que se identificaram com o bloco temático Regularização (habilitações), legislação e estímulo à pesca e maricultura, que compreende hoje 21 comunidades. Essa situação é a mais encontrada numa sequência contínua entre as comunidades de São Sebastião, Caraguatatuba e centro-sul de Ubatuba, e entre Angra dos Reis e Mangaratiba na porção continental.

Um segundo perfil, compreende um agrupamento das comunidades que ainda resistem ao processo de urbanização e que por isso guardam melhor suas características

tradicionais. Nessas localidades, as pessoas se organizam a partir da necessidade de sua reprodução social, não exclusivamente a partir do seu aspecto econômico. O local de organização é a própria comunidade, há uma presença maior de mulheres, possuem diversas experiências organizativas de caráter associativo ou de movimentos populares. Essas organizações reforçam a identidade caíçara que dá unidade ao povo que vive nessas comunidades e se concentram em uma organização nacional, que se espelha em experiências mais desenvolvidas como de indígenas e quilombolas. As questões que mobilizam esse perfil do público do PEA Costa Verde estão associadas à permanência no local em que vivem, como a gestão do território, conflitos com Unidades de Conservação para a construção de suas casas ou para a produção de alimentos (pesca ou agricultura), melhoria de infraestrutura pública (estradas de acesso, pontes, energia elétrica, saneamento básico, etc.), conflitos com a pressão que o turismo causa nessa região do litoral paulista e fluminense, a necessidade de se avançar no associativismo para gestão coletiva de suas comunidades, dentre outras. No desenvolvimento do trabalho do PEA Costa Verde até o momento, as comunidades que possuem esse tipo de característica organizativa são aquelas que se identificaram com os blocos temáticos Gestão do território e instrumentos de regularização fundiária (hoje com 18 comunidades), Organização institucional (hoje com 12 comunidades), Infraestrutura e políticas públicas (hoje com 9 comunidades) e Turismo (hoje com 6 comunidades), perfazendo um total de 45 comunidades. Essa situação é a mais encontrada no município de Paraty, nas ilhas em que o PEA Costa Verde atua, Ilhabela, Ilha Grande e Marambaia e na região norte de Ubatuba.

Esse detalhamento apresentado não exclui a possibilidade de que, conforme o PEA Costa Verde se desenvolva nessa fase, seja encontrada uma precisão maior dos processos organizativos em curso no território. Mas, por ora, o quadro geral do ponto de vista organizativo que se observa é esse, e mostra características importantes para se construir propostas de um maior aprofundamento organizativo em próximas fases do PEA Costa Verde. Essas propostas poderão ser desenvolvidas no Plano de Trabalho da próxima fase ou até mesmo conformar a divisão do atual PEA em dois diferentes projetos, sendo necessária, nesse caso, a apresentação de Planos de Trabalho distintos.

## ***V PONTOS DE MELHORIA***

### ***V.1 MAIOR PRESENÇA NAS COMUNIDADES***

Apesar dos avanços que a ampliação da equipe trouxe no número de atividades realizadas, a coordenação do projeto junto com a orientação pedagógica tem buscado formas de superar as dificuldades apontadas pela equipe de campo para garantir uma ainda maior presença nas comunidades e espera-se que esse resultado seja ainda melhor nos próximos períodos.

Um dos aspectos apontados é a dificuldade em marcar reuniões em algumas comunidades. As RCs são sempre atividades pré-agendadas junto aos participantes das comissões. Quando, por algum motivo, há uma desarticulação da comissão, há dificuldade em marcar uma nova reunião.

Buscando superar essa questão, a orientação pedagógica propôs uma nova forma de visita à comunidade. A visita de convivência procura evidenciar a importância de a equipe de campo estar em contato direto junto às comunidades. São atividades que não precisam necessariamente de marcação prévia com a comunidade e substituem as “visitas exploratórias” que faziam sentido no início do projeto. Esse tipo de atividade deve permitir uma convivência maior da EE com os comunitários, participando da vida das comunidades sem ser uma “agenda do PEA”. Sendo possível, essas atividades podem, eventualmente, se converter em uma RC, já que pode ocorrer de que nossa presença por um período na comunidade, conversando com os moradores, estimule essa reunião.

Outro aspecto apontado pelas equipes que pode ampliar a presença nas comunidades é a redução do tempo consumido em relatórios. Também buscando reduzir esse tempo necessário, está em fase final de testes a implementação de um sistema web de relatórios que será descrito no item seguinte.

### ***V.2 MELHORIA DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO***

Com vistas a aprimorar o processo de sistematização de relatórios de campo, armazenamento de informações e prazos do projeto, está em fase final de testes a

implementação de um sistema web de elaboração, revisão, armazenamento e extração de dados de relatórios das equipes de campo. Espera-se que com isso, seja mais simplificada a elaboração de relatórios, reduzindo o prazo para sua redação, permitindo que as questões mais importantes do processo educativo sejam tratadas com maior profundidade entre as equipes de campo e a orientação pedagógica. Além disso, as informações das centenas de relatórios passam a ter uma sistematização mais metódica que permite um melhor acompanhamento dos processos e comparação entre períodos.

Este sistema deverá entrar em funcionamento a partir do mês de abril de 2019.

### ***V.3 DIFICULDADE DE TRABALHO EM ALGUMAS COMUNIDADES***

Nas comunidades de Ponta Leste e Garatuaia no município de Angra dos Reis e na comunidade de Conceição do Jacaré em Mangaratiba, tem-se encontrado dificuldade de mobilização dos comunitários. A equipe de campo da região tem tentado possibilidades distintas de aproximação, mas ainda não houve o início concreto do processo educativo nessas comunidades.

Em Paraty, há dificuldade em realizar atividades do projeto nas comunidades de Praia Grande, Ponta Grossa e Ilha do Algodão. Nessas três, a questão é a falta de interesse dos comunitários. Apesar de dificuldades semelhantes nas comunidades do Centro e do Pouso da Cajaíba, está havendo um avanço de participação e acredita-se que o Intercâmbio contribuirá para isso. Ilha das Cobras e Mangueira são comunidades que por conta da violência foram excluídas das comunidades do PEA Costa Verde.

Em São Sebastião, a equipe de campo vem encontrando dificuldade de construir um processo pedagógico junto aos pescadores da comunidade do Pontal da Cruz. Os poucos comunitários que utilizam a área para guarda de embarcações e petrechos não demonstraram interesse no projeto.

Em Ilhabela, apenas temos tido impossibilidade de desenvolver ações do PEA na comunidade do Saco do Indaiá. Os moradores da comunidade não têm interesse em participar do projeto.

Apesar dessas dificuldades, as equipes seguem tentando mobilizar os moradores das comunidades citadas, por meio de diferentes estratégias. Ao final dessa Fase I,

verificando-se a impossibilidade de sucesso dessa mobilização, será apresentada justificativa, contendo o histórico de tentativas, para que essas comunidades não permaneçam no projeto na fase seguinte.

## ***VI ATIVIDADES PREVISTAS***

### ***VI.1 CONTINUIDADE DAS AÇÕES FORMATIVAS***

A continuidade das ações formativas do PEA Costa Verde terá o propósito de aprofundar o debate em torno dos temas que envolvem os principais desafios enfrentados pelas comunidades com vistas a sua permanência no território. O conteúdo formativo tem como horizonte o desenvolvimento de uma consciência organizativa que aponte para busca de soluções das problemáticas comunitárias de forma coletiva, assim como para o fortalecimento da identidade de povos tradicionais.

Nesse sentido, as ações formativas deverão ocorrer, prioritariamente, de forma agrupada, reunindo comunidades com interesse em temas afins e estimulando a realização de atividades de caráter organizativo de forma regionalizada, buscando ampliar o horizonte dos comunitários na compreensão da realidade e dos conflitos regionais em que estão inseridos, bem como na identificação de novas possibilidades de construção de ações coletivas para defesa de seus territórios.

### ***VI.2 INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS***

Conforme previsto no cronograma do projeto, ocorrerão ao longo do ano de 2019 os intercâmbios de experiência. Serão oportunidades para que os comunitários troquem experiências e se aproximem, com vistas a uma atuação mais articulada entre comunidades. Temos seis intercâmbios já definidos e outras possibilidades ainda estão sendo avaliadas. Os intercâmbios definidos foram relatados pelas equipes de campo da seguinte forma:

- A Associação de Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA), localizada na Praia do Sahy em Mangaratiba, foi fundada em 1998 e é um exemplo de organização institucional no que se refere ao apoio e amparo ao pescador. Atualmente atende a 200 associados e, além da

assistência ao pescador quanto à documentação, habilitação e cursos, a ASSOPESCA tem uma importante contribuição para o seu entorno com ações e atividades voltadas para a comunidade do Sahy. Na ASSOPESCA serão realizados dois intercâmbios, tendo em vista a elevada demanda por vagas.

- A Ilha da Marambaia, localizada no município de Mangaratiba, considerada área de interesse de segurança nacional, é administrada pela Marinha do Brasil e suas praias têm acesso restrito. Nela, vive uma comunidade de quilombolas pescadores que precisou se organizar e lutar para poder permanecer no seu território. Conter a expulsão, compartilhar com os moradores os conhecimentos sobre os procedimentos judiciais e mobilizá-los na luta pela garantia de seus direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e territoriais são alguns dos principais objetivos da Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia – ARQIMAR, que no dia 19 de janeiro de 2018 completou 15 anos de fundação.
- Os caiçaras de Trindade, no município de Paraty, se organizam social e politicamente através da Associação de Moradores de Trindade (AMOT), fundada em 1988. Através desta associação, além de se organizarem para fazer resistência às diversas lutas históricas pela manutenção do território caiçara, os moradores também fazem a gestão de diversos espaços e equipamentos da comunidade com recursos próprios, inclusive durante a época da alta temporada do turismo, quando muitos serviços públicos, como a coleta de lixo, ficam precários. Como exemplo de gestão comunitária, a AMOT administra um estacionamento e um sistema de segurança (instalou e monitora um sistema de câmeras), assim como construiu uma sede bem estruturada, com cozinha, refeitório, salas de reunião, exposição permanente sobre a história de luta da comunidade, salão para oficinas e exibição de filmes e outras atividades coletivas. São oferecidos cursos diversos no espaço da associação, que também tem apoiado de forma incisiva a luta pela educação escolar diferenciada. Além disso, os pescadores e barqueiros da Trindade se organizam através da Associação de Barqueiros de Trindade – ABAT, formalizada em 2007. A

gestão dessa associação se aproxima de uma cooperativa. Os recursos, além de divididos entre os participantes, garantem a manutenção e investimento na própria ABAT, com aquisição de equipamentos e contratação de apoio técnico para ajudar na organização de suas pautas, etc. Por fim, também serão conhecidas durante o intercâmbio as iniciativas de organização da Escola do Mar pelas mães de Trindade. Essa iniciativa tem trabalhado em parceria com a escola local, trazendo elementos da cultura caiçara para dentro da educação escolar. Uma vez que a escola municipal da comunidade só oferece o primeiro segmento do ensino fundamental (1º ao 5º ano), fazendo com que as crianças e adolescentes tenham que se deslocar para o centro de Paraty para a continuidade dos estudos no segundo segmento (6º ao 9º ano), as mães têm protagonizado a luta pelo acesso à educação diferenciada via educação escolar para este segmento na própria comunidade.

- A comunidade do Sono no município de Paraty conquistou o direito da educação diferenciada graças ao processo de organização e luta de lideranças comunitárias locais, Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e parceiros. Desde 2016, a comunidade possui o oferecimento da educação diferenciada escolar do segundo segmento do ensino fundamental pela Prefeitura Municipal em parceria com o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A história local, os conhecimentos e práticas tradicionais são incluídos dentro do currículo escolar, dialogando com os conhecimentos historicamente produzidos pelas Ciências da Natureza, Ciências da Matemática, Ciências Humanas e Linguagens, buscando o resgate cultural e o fortalecimento da comunidade diante de diversos processos expropriatórios. Outro aspecto importante da comunidade e que deverá ser mostrado no intercâmbio é o saneamento ecológico, a partir da tecnologia da bacia de evapotranspiração, desenvolvido na comunidade do Sono por meio de uma parceria entre comunidade, FCT e Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), através do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS). Por meio de conceitos de permacultura, bioconstrução e diálogo de saberes

entre comunitários e técnicos, foram construídos 11 módulos de fossas de evapotranspiração com bananeiras em casa de comunitários e na escola da comunidade. Embora os módulos tenham sido construídos como um projeto piloto, ainda assim se constituem como importante referência no município, uma vez que Paraty carece de sistemas de tratamento de esgoto.

- A comunidade do Canto da Lagoa na Baía de Castelhanos da Ilhabela, tem se organizado devido à pressão do turismo sobre o território tradicional. Para isso, os caiçaras do Canto da Lagoa fundaram uma associação a fim de buscar melhorias diversas aos moradores da Praia de Castelhanos. A organização da comunidade facilita o diálogo com o poder público municipal e estadual (devido a existência de parque estadual). Mais recentemente, tendo em vista a outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), o diálogo com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Ministério Público Federal (MPF) foi também estreitado. A concentração das atividades de turismo na mão de forasteiros e a perda do território da praia para as mesas e cadeiras dos quiosques fez com que a comunidade se organizasse para protagonizar o turismo no território e valorizar as atividades tradicionais, relacionando vivências baseadas na pesca, na agricultura e culinária local. Foi desenvolvido um site para promoção e atualmente o grupo participa de um projeto aprovado pela Fundação Banco do Brasil para implantação dos antigos quintais florestais, a construção de uma casa de farinha e resgate e elaboração de livro de receitas. Além disso, a comunidade realiza a gestão de um estacionamento para os carros de turistas que frequentam a praia.

Além de favorecer estimular uma atuação mais articulada, os intercâmbios são atividades que buscam tornar conhecidas experiências de comunidades fortalecidas na região do PEA Costa Verde. O motivo principal de serem escolhidas estas experiências é por se tratarem de comunidades bastante organizadas. O avanço na capacidade organizativa dessas comunidades criou ao longo do tempo, condições para que conquistas fossem alcançadas por elas.

Conquistas relacionadas ao direito pelo território são as mais frequentes tanto pela realidade da região como pelo objetivo geral do PEA Costa Verde. Destacam-se as

comunidades que conquistaram direitos em conflitos com Unidades de Conservação, interesses ligados ao turismo (condomínios ou imóveis individuais, marinas etc.) ou até mesmo interesses da Marinha do Brasil (como no caso da Marambaia). Nesse sentido da permanência no território se destaca também a busca por garantir suas tradições através da educação diferenciada.

A experiência de organização da categoria de pescadores artesanais também é consequência da capacidade organizativa de uma das comunidades que será visitada. A Assopesca na Praia do Sahy (Mangaratiba) tem chamado atenção pela capacidade de apoiar a pesca artesanal na região e de ter construído soluções inovadoras que podem ser incorporadas na prática de Colônias e outras organizações dos sete municípios do PEA Costa Verde.

O desenvolvimento das capacidades organizativas das comunidades também criaram condições para conquistas no âmbito da reprodução econômica das famílias. A experiência da ABAT em Trindade (Paraty) organizando os barqueiros que trabalham para o transporte de turistas e a experiência, ainda que incipiente, do Turismo de Base Comunitária no Canto da Lagoa (Ilhabela) são exemplos de iniciativas que buscam melhorar a condição de renda das famílias envolvidas. Essas e outras experiências que buscam trazer melhorias na condição socioeconômica das comunidades estão sendo identificadas e serão relatadas no Plano de Trabalho da próxima fase do PEA Costa Verde.

## VII REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## VIII TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

O Quadro VIII-1 apresenta os autores do Relatório Anual Consolidado.



  
Coordenador da Equipe



  
Técnico Responsável

2º Relatório Anual  
Consolidado  
PBS09RC38

Revisão 00  
04/2019

*Quadro VIII-1 – Relação de autores e itens elaborados para o Relatório Consolidado Anual.*

<b>Responsável Técnico</b>	<b>Cargo</b>	<b>Itens Elaborados</b>	<b>Cadastro Técnico Federal</b>
Júlia Cavalcante	Analista Ambiental	II, III e Anexo 2	Não se aplica
Gabriel Sollero	Coordenador Geral	IV, V, VI e Anexo 1	7182184

***ANEXO 1: RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ FEVEREIRO/2019***



<b>Objetivo Geral:</b>		
Desenvolver processo educativo voltado ao fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental e permanência nos territórios onde vivem.		
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Resultados alcançados até 02/19</b>
1. Estabelecer condições permanentes de acompanhamento e atualização das alterações na dinâmica socioespacial junto ao público do projeto, com cuidado especial no levantamento de informações sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres, de forma compartilhada com as próprias comunidades, gerando controle cidadão das condições socioambientais do território	1.1 Construir um banco de dados georreferenciado com a sistematização de todos os dados relevantes das comunidades, no âmbito de um PEA condicionante do licenciamento de P&G, até o final da 5ª Etapa	Banco de dados construído. Primeira atualização completa será entregue em abril/19.
	1.2 Estabelecer canais de comunicação e divulgação dos dados sobre as alterações socioespaciais decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos	
2. Subsidiar as comunidades de pescadores artesanais com ações formativas, de articulação intercomunitária e interinstitucional que instrumentalizem a participação qualificada nas arenas de tomada de decisão sobre a gestão socioambiental do território	2.1 Realizar a formação continuada da equipe executora	8/13 Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora realizadas.
	2.2 Realizar até 5 ciclos de ações formativas com as 69 comunidades até o final da 2ª Etapa	101 ações formativas realizadas desde o início do projeto.
	2.3 Fomentar e acompanhar os movimentos e saltos qualitativos do público prioritário nas arenas de decisão	76 instituições contatadas, 40 reuniões de articulação e 19 ações formativas agrupadas realizadas desde o início do projeto. Estímulo à participação nas Audiências Públicas e Reuniões Públicas do Etapa 3. 9 Relatórios trimestrais de acompanhamento dos movimentos e saltos qualitativos do público prioritário. 1 Tabela geral de acompanhamento temporal dos saltos qualitativos do público prioritário (atualizada trimestralmente). Participação do público prioritário em 6 arenas públicas de decisão [1] Câmara Técnica do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba; 2) Audiência Pública sobre Educação Diferenciada em Paraty; 3) Audiência pública sobre a situação dos povos caiçaras na Baía da Ilha Grande na Câmara Municipal de Angra dos Reis; 4) Audiência pública Pré-Sal Caraguatatuba; Audiência pública Pré-Sal Angra dos Reis; 5) Reunião Pública IBAMA Ilhabela; 6) Reuniões de Plano de Manejo da APAMLN].
	2.4 Realizar oito intercâmbios de experiências até o final da 3ª Etapa	Seis intercâmbios já marcados e planejados que ocorrerão durante o ano de 2019.
	2.5 Subsidiar sete encontros entre instituições e comunidades até o final da 2ª Etapa	40 reuniões de articulação realizadas desde o início do projeto. 49 AFs realizadas com a participação de 40 instituições.
3. Promover troca solidária de experiências econômicas que reforcem e agreguem valor às identidades produtivas locais de comunidades de pescadores artesanais envolvidas no projeto	3.1 Priorizar produtos e serviços das comunidades em todas as ações do PEA	91 de 109 atividades com lanche contaram com serviços das comunidades.
	3.2 Estimular a troca solidária de saberes e experiências econômicas nos Intercâmbios de Experiências dos blocos temáticos que se desdobrem sobre esse viés	Seis intercâmbios já marcados e planejados que ocorrerão durante o ano de 2019.
	3.3 Viabilizar um espaço para troca solidária de sete experiências econômicas no Encontro Regional	Atividade ainda não realizada.
4. Estimular a construção colaborativa de ações estruturantes que possam culminar na criação de projetos de geração de trabalho e renda relacionados à reprodução socioeconômica das famílias na área de atuação do PEA Costa Verde	4.1 Realização de um Encontro Regional ao final da Fase I	Atividade ainda não realizada.
	4.2 Elaborar os pré-projetos ao final da 5ª Etapa	A identificação de iniciativas relacionadas à reprodução socioeconômicas das famílias vem sendo realizada desde o início do projeto. Nos intercâmbios isso ocorre de maneira ainda mais intensa e todas serão sistematizadas no Plano de Trabalho da Fase II.

5. Planejar a próxima fase do PEA Costa Verde, incluindo nova proposta de regionalização, se necessário, de acordo com a similaridade de demandas levantadas durante a primeira fase	5.1 Elaborar um Plano de Trabalho para a Fase II do PEA	Atividade ainda não realizada.
	5.2 Realizar a fase de transição para a segunda fase do PEA	Atividade ainda não realizada.

***ANEXO 2: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO PEA COSTA  
VERDE ENTRE MARÇO/2018 E FEVEREIRO/2019***